



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201972200584	Distribuição: 11/10/2019
Número Único: 0000578-09.2019.8.25.0039	Competência: Pirambu
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS

Endereço: RUA B

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PIRAMBU - Estado: SE - CEP: 49190000

Requerente: Advogado(a): ABDIAS MATHEUS RODRIGUES FERREIRA 11629/SE

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, N° 74 -5º ANDAR, CENTRO

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

11/10/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201972200584, referente ao protocolo nº 20191011103501381, do dia 11/10/2019, às 10h35min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE JAPARATUBA
DISTRITO JUDICIÁRIO DE PIRAMBU NO ESTADO DE SERGIPE.**

JOSÉ ARI DE ANDRADE, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 939.093 SSP/SE, inscrito no CPF sob o nº 990.052.555-87, residente e domiciliado a Rua B, S/N, Centro, Pirambu/SE, CEP 49190-000, vem a presença de Vossa Excelência por intermédio de seu advogado o Bel. Abdias Matheus Rodrigues Ferreira, brasileiro, advogado, inscrito na OAB, seccional Sergipe sob o nº 11629, com endereço profissional à Rua Antônio Torres, nº 395, Centro, Pirambu/SE, telefone: 79 98863-4984 e e-mail: abdiasrodriguesadv@gmail.com, vem mui respeitosamente, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face de **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205, pelas questões de fato e direito apresentadas a seguir.

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

O Requerente se encontra em delicada situação financeira, NÃO ESTANDO, no momento dotado de condições financeiras a arcar com as custas e despesas processuais desta demanda.

O mesmo está impossibilitado para exercer sua função laborativa, sobrevivendo de ajudas financeiras de sua genitora, CONFORME VERIFICA-SE CTPS, anexada aos autos.

Diante desta lastimável situação, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais, pleiteando, portanto, os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do novo CPC/2015, verbis:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.”

Inferre-se do excerto acima que qualquer uma das partes no processo pode usufruir do benefício da justiça gratuita. Logo, a Requerente faz jus ao benefício, haja vista não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo de sua manutenção.

Mister frisar, ainda, que, em conformidade com o **art. 99, § 1º, do novo CPC/2015**, o pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado por petição simples e durante o curso do processo, tendo em vista a possibilidade de se requerer em qualquer tempo e grau de jurisdição os benefícios da justiça gratuita, ante a alteração do status econômico.

II – DOS FATOS

O autor no dia 10 de dezembro de 2016, trafegava em uma motocicleta, próximo as imediações da entrada da cidade de Pirambu/SE, quando um caminhão provocou um acidente grave, que até a presente data deixou sequelas no autor, impossibilitando-o de realizar suas atividades laborativas.

O acidente acarretou para o autor as seguintes lesões, conforme verifica-se em todo o arcabouço probatório:

FRATURA em 1/3 distal do rádio, TRAUMA ABDOMINAL FECHADO, COM ABDOMEN AGUDO HEMORRÁGICO DEVIDO A LESÃO EM DELGADO, LESÃO EM MESOCÓLON DESCENDENTE.

Conforme se verifica nos relatórios acostados aos autos, o autor em decorrência do acidente sofreu uma grave lesão no intestino delgado, sendo necessário realizar uma delicada cirurgia, para tentar a melhora por completo. Ocorre que até os dias de hoje o mesmo encontra-se sem condições de exercer qualquer atividade laborativa, diante da sequela que ficou em seu intestino, sequelas estas que irá levar pelo resto da vida, pois ao realizar qualquer atividade o mesmo fica com muitas dores, conforme laudo médico anexado aos autos.

Após um período, em 12 de junho de 2017, o autor pleiteou seu direito, de receber o seguro DPVAT em decorrência de ter sofrido o acidente, conforme se verifica nos comprovantes juntados aos autos.

Adiante, conforme solicitado pela seguradora o autor complementou a documentação, para alcançar o seguro e aliviar um pouco todas as despesas decorrentes do trágico acidente, conforme verifica-se no comprovante anexado aos autos.

Ocorre que até a presente data, a seguradora nunca se posicionou sobre o caso, buscou-se informações em diversos canais da seguradora, o que restou infrutífero.

Sendo assim, já que não foi possível resolver administrativamente a questão acima descrita, faz-se necessário buscar seu direito na via judicial.

III – DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS

O site da Seguradora ré define invalidez da seguinte maneira:

“Considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, não se aplica a danos estéticos.”

Bem como o art. 5º da Lei 6194/74, assevera que o pagamento da indenização será efetuado mediante da simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

De fato nunca foi prestado qualquer informação do andamento do processo ao autor, não obtendo assim o seu direito.

O art. 3º da Lei 6194/74 reza que:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos

valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

3.1 PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente

...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado no Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), ***portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário***, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, ***que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.***

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

3.2 DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1.

Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, *in casu* levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca

possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos.

3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao *ônus probandi*, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, **pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social**. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. **Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória**. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar,

também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201- 30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, **com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial**, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

IV – DOS PEDIDOS

Diante o Exposto, requer a parte autora:

1. A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.60/50, visto que o requerente não possui condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, visto o mesmo está impossibilitado para o trabalho.
2. Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR)**, nos termos dos Arts. 247, inciso V e 248, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;
3. A condenação da reclamada ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais) na forma das Leis nº 11.482/07 e nº 6.194/74.
4. A condenação da reclamada ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do acidente.
5. Que a reclamada seja condenada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência, sendo estabelecidos por V. Excelência;
6. O deferimento de todos os meios de prova admitidos em direito, inclusive os documentos já anexados.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais).

Pirambu/SE, 04 de julho de 2019.

ABDIAS MATHEUS RODRIGUES FERREIRA

OAB/SE 11629

PROCURAÇÃO PARTICULAR

Pelo presente instrumento particular de mandato a outorgante,

José Ari. de Andrade. Santos, brasileiro, maior, CPF 990.052.555-87
Rua B, nº 19, Loteamento Brásia Bela, Pirambu/SE, CEP
49190-000

abaixo firmado, nomeia e constitui seu bastante advogado o Bel. **NESTOR JOAQUIM DE GÓIS BARROS JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SE sob o nº 10119, com endereço na Rua Ciro Tavares, nº 125, Centro, Pirambu/SE, Conferindo-lhes poderes AD JUDITIA ET EXTRA para o foro em geral, promover quaisquer ações, podendo esta procuradora propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, iniciadas ou por iniciar, até a decisão final, ou ainda interpor qualquer recurso em qualquer Juízo ou Instância, Tribunal, Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Autarquia e Para estatal ou de Economia Mista, , conferindo-lhes, ainda, os mais amplos e ilimitados poderes, por mais especiais que sejam, e mais os da parte final do art. 38 do Código de Processo Civil brasileiro, inclusive confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitações, ceder e transferir, variar de ações, requer e prestar as primeiras declarações, alegar, recorrer de despachos e sentença, substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de poderes a quem lhe convier, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Aracaju(SE), 28/03/2017.

José Ari. de Andrade. Santos
OUTORGANTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 939.093 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 31/05/2012

NOME JEE ARI DE ANDRAE SANTOS

FILIAÇÃO LUIZ JOAQUIM SANTOS

GILLETE SILVA DE ANDRAE

NATURALIDADE PIRACIQUÊ

DATA DE NASCIMENTO 04/06/1967

DOO ORGEM

C1. NASCIMENTO NR 14919 LV A21 FL 297

CART. DIST. COM. JACAREPAULENSE

CPF 990.052.555-87

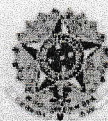
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N. 7.146 DE 29/08/83





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

990.052.555-87

Nome

JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS

Nascimento

04/06/1967

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

JOSE ARY DE ANDRADE SANTOS
RUA B SILVA-CENTRO
PIRAMBU/SE CEP: 49190000 (AG: 220)
Emissão: 25/06/2018 Referência: Jun/2018
Classe/Serviço: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Retenç: 14-250-901-2705 Nº medidor: E5007372111

energisa
ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGI SA
Rua Min Apolônio Sales 84 - Imbuí Barragem
Aracaju/SE - CEP: 49064-150
CNPJ: 15.017.902/0001-69 Insc. Est: 270.761.438
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº: 04.640.704
Cód. para Deb. Automático: 00002551315

Atendimento ao Cliente ENERGISA **08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jun / 2018	25/06/2018	25/07/2018	99005255587 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **3/255131-5**

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
24/06/18	9554	25/06/18	9559		5	32

Demonstrativo

C.C.	Descrição	Quantidade	Unidade	Tributos Total (R\$)		Base Calc. Pto (R\$)		Cofine (R\$)
				ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	Pto/Cofine (R\$)	(0,7876%)	
0801	Custo de Disponibilidade	18,17	0,00	0	0,00	18,17	0,13	0,81
0601	Adic. B Amarela	0,08	0,00	0	0,00	0,08	0,00	0,00
0601	Adic. B Vermelha	1,25	0,00	0	0,00	1,25	0,01	0,05
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0804	JUROS DE MORA 04/2018	0,78	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00



201911700924

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Japaratuba****Data:** 11/10/2019**Num. Guia:** 201911700924

Valor da Causa:	R\$ 13.500,00
Valor das Custas:	R\$ 370,39
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 202,50
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 619,19

Guia Válida até 31/10/2019

Via - Cartório

Autenticação Mecânica



201911700924

PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Japaratuba****Data:** 11/10/2019**Num. Guia:** 201911700924

Valor da Causa:	R\$ 13.500,00
Valor das Custas:	R\$ 370,39
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 202,50
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 619,19

Guia Válida até 31/10/2019

Via - Parte

Autenticação Mecânica

856400000068 191901560125 019117009241 201910310006



PAGUE EM QUALQUER AGÊNCIA

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****Guia de Recolhimento - Custas Iniciais - Cível****Comarca de Japaratuba****Data:** 11/10/2019**Num. Guia:** 201911700924

Valor da Causa:	R\$ 13.500,00
Valor das Custas:	R\$ 370,39
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 202,50
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,84
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 26,46
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 619,19

Guia Válida até 31/10/2019

Via - Banco

Autenticação Mecânica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE 000004556321 Nº 012541367874
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01025745673 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016

NOME
EMERSON SANTOS DA CONCEICAO

CPF / CNPJ 056.317.715-27 PLACA QKP0604

PLACA ANT. / UF QKP0604/SE CHASSI 9C2KC1660ER056014

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/ COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

MARCA / MODELO HONDA / CG 150 A 3ª ONI CY ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2014

CAP / POT / CIL 2P0CV/149CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE BRANCA

COTA ÚNICA PAGO VENC. COTA ÚNICA 1ª ***** 2ª ***** 3ª *****

FAIXA I.P.V.A. ***** PARCELAMENTO / COTAS *****


PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
SEGURO PAGO REF. AO EXERCÍCIO 2016

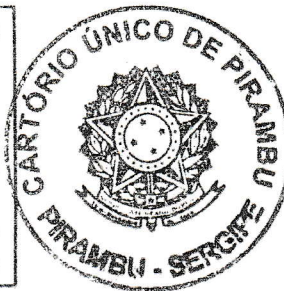
OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE PARTE OBRIGATORIO
AL. FIDUC. ADM. DE CONST. MAC. HONDA LTD

PIRAMBU-SE DATA 08/06/2014

Edson Suelton da Costa Neto
DIRETOR-PRESIDENTE

 **Selo Digital de Fiscalização**
Tribunal de Justiça de Sergipe
Ofício Único do Distrito de Pirambu/SE
Tipo do Serviço: Substituição
Selo TJSE Nº 201829626007252
Data: 08/06/14
Acesse: www.tjse.jus.br/n/63834
Escrevente Autorizada



Edson Suelton da Costa Neto
Escrevente Autorizado

TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1943 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL TRABALHO: [HTTP://TRABALHO.GOV.BR](http://trabalho.gov.br)



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

236.81825-28-5

NÚMERO

1266898

SÉRIE

0060

UF

SE

Yvone A. S. de Almeida

ASSINATURA DO TITULAR



POLEGAR DIREITO



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS

FILIAÇÃO.....: GILDETE SILVA DE ANDRADE
LUIZ JOAQUIM SANTOS
NASCIMENTO.....: 04/06/1967
ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO
NATURALIDADE: PIRAMBU - SE
DOCUMENTO.....: R.G. - 939093 - 31/05/2012 - SSP - SE

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF.....: 990.052.555-87

TIT. ELEITOR:

LOCAL DE EMISSÃO: SRTE/SE - ARACAJU

DATA DE EMISSÃO.: 20/08/2018

CNH.....:

SEÇÃO:

ZONA:

CELUTA Cruz Moura Krauss
CELUTA CRUZ MOURA KRAUSS
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego-SE

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

MOTIVO

LEGENDA

1 - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
2 - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

04

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM SOB. N° LIVRO N°

FLS. PROC. N°

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

05

DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜINEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ORGÃOS (Dec. n° 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO	ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR		

06

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

CCC/CPF/CEI

ENDEREÇO

MUNICÍPIO UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO CBO N°

DATA DE ADMISSÃO DE DE

REGISTRO N° FLS. / FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO C. TESTEMUNHA

1ª 2ª

DATA DE SAÍDA DE DE

ASS. DO EMPREGADOR OU A ROSTO C. TESTEMUNHA

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD N°

FGTS N° DA CONTA:

07



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

RELATÓRIO MÉDICO



NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

José Ari de Andrade Santos
11/12/2016
20/12/2016

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente sofreu acidente motorciclístico, veio com dor em punho direito, a radiografia mostrou fratura em 13 distal do rádio com mínimo deslocamento e hematoma abdominal fechado, com abdomen agudo hemorrágico devido a lesão em delgado, lesão em meso-colon descendente, realizado colectomia com anastomose t-t. Após melhora, foi encaminhado ao ambulatório

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

para agendar tratamento ortopédico

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografia do antebraço D

Exames laboratoriais

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Reginaldo de Oliveira

Dr. Spas Satyapong dos Santos

Dra. Rosana Frempoug

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 15 de 03 de 2017

Dra. Rosemaria Amante Bispo

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Rosemary Amante Bispo
Clínica Médica
CRM 7.388

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário.

FICHA DE ATENDIMENTO

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – SISTEMA DE MANCHESTER

NOME DO PACIENTE (Sem abreviações):		REGISTRO:
IDADE:	ETNIA:	DATA: ____/____/____
DATA DE NASCIMENTO	NOME DA MÃE:	HORA:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

SITUAÇÃO / QUEIXA:

Ortopedia
- Acidente do moto
- dor pulso D
- Fratura 1/2 ext do radio D (com mínimo desloc)

FLUXOGRAMA:

DISCRIMINADOR:

ALERGIAS (MEDICAMENTOS E ALIMENTOS):

seguinte anamnese
ALTA DE ORTOPEdia

Dr. Júlio Augusto do Prado Torres
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Joelho
CRM 12.120-1

VERMELHO	LARANJA	AMARELO	VERDE	NÃO URGENTE
	MUITO URGENTE	URGENTE	POUCO URGENTE	
0 MIN	10 MIN	60 MIN	120 MIN	240 MIN

OBSERVAÇÃO:

7:40: Reavaliao paciente, o mesmo

DESTINO / ENCAMINHAMENTO:

ENF.:	COREN:	ASSINATURA:
COORDENADOR:	DATA: ____/____/____	HORA: ____:____ h
RECLASSIFICAÇÃO PARA A PRIORIDADE:	ENF.:	COREN:
_____, DISCRIMINADOR		
_____, às ____ h ____ min.		

CONFIRMADA IDENTIFICAÇÃO COM O PACIENTE / FAE / PULSEIRA? (S/N)

COLOCADA PULSEIRA? (S/N)

EM QUAL MEMBRO? (PULSO E / PULSO D / TORNOZELO E / TORNOZELO D)

/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

S. DO BE: 1453705 DATA: 11/12/2016 HORA: 13:02 USUÁRIO: VDMA-1
 NS: 898004189784585 SETOR: -06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

OME : JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
 DADE.....: 49 ANOS NASC: 04/06/1967
 NDERECO.....: LOT PRAIA BELA
 MPLEMENTO....: 700001771474607 BAIRRO:
 UNICIPCIO.....: PIRAMBU
 OME PAI/MAE...: LUIZ JOAQUIM SANTOS
 ESPONSAVEL....: A MAE
 OCEDENCIA....: PIRAMBU
 ENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 ASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
 ID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
 Setor de Atendimento ao Paciente / HUS

END....: 140
 SEXO....: MASCULINO
 NOME....: JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
 CEP....: 13.136
 TEL....: 13.136

A: [] X mmHg [] PULSO: [] TEMP.: [] PES: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA []
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSOM []

EXPOSTA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

EXAMES CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

Até sem dor, sem prurido, deambulando, transferido de outro unidade, sem protocolo para triagem com história de queda de moto há cerca de 2 horas, sem capote. Neg + CE. Exame físico sem alterações. VAP sem alterações. B-MV+ART+RAIC. estável, FC 84bpm / O-Glossos 15, PIFR. NOTACOES DA ENFERMAGEM: E - sem lesão aparente / Abdome flácido, doloroso à palpação, contusão abdominal, paciente não colabora para exame, sem intubação aparente. estável e estável / Coluna sem sinais de trauma.

DIAGNOSTICO:

Politrauma

PRESCRICAO

HISTORIO DA DOENÇA

1) Exame físico sem alterações, EV + Dorsalgia 2 graus, EV + Dor lombar, EV +
 dor lombar, EV
 2) RX Tórax AP + Bacia AP

Dr. Reginaldo de Oliveira
 Médico de Família e Comunidade
 CRM 1601-SE

DATA DA SAIDA:

DECISAO: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
 [] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
 INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

TEMPO: [] ATÉ 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIAR

Gildete Silva de Andrade

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA

REALIZADO EM 11/12/2016
 15:45 HORAS

Silvestre A. R. Cunha
 Escrevente
 Cartório do 1º Ofício
 Japaratuba

Dr. Reginaldo de Oliveira
 Médico de Família e Comunidade
 CRM 1601-SE
 O referido é verdade, dou fé
 Em testº
 Japaratuba(SE) 11/12/2016
 O Tabelião

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

eg. Definitivo....: 145116
umero do CNS.....: 898004189784585
ome.....: JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
ocumento.....: 939093 Tipo :
ata de Nascimento: 4/06/1967 Idade: 49 anos
exo.....: MASCULINO
esponsavel.....: LUIZ JOAQUIM SANTOS
ome da Mae.....: GILDETE SILVA DE ANDRADE
ndereco.....: LOT PRAIA BELA 700001771474607
airro.....: Cep.: 00000-000
elefone.....: 999491536
unicipio.....: 2805307 - - SE
acionalidade.....: BRASILEIRO
aturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

orma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1453705
linica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
eito.....: 999.0344
ata da Internacao: 11/12/2016
ora da Internacao: 17:17
edico Solicitante: 818.630.205-00 - ROSANA FLORA RIBEIRO FREMPONG
roced. Solicitado: NAO INFORMADO
diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: ESBSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

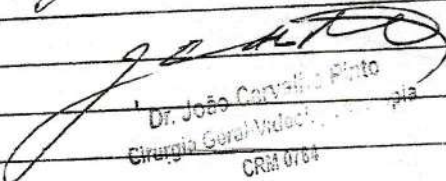
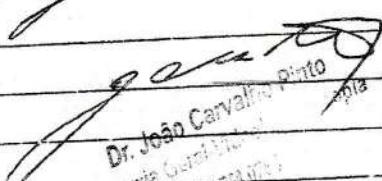
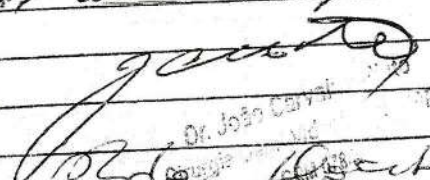
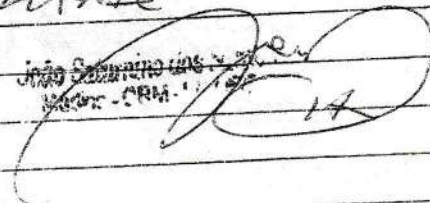
Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

LA CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
Selo de Satucamento do PS Adulto / HUSX

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Eduardo Carvalho Cabral Japaratuba - Sergipe	Certifico que a presente fotografia
	é a reprodução fiel da original
	que foi apresentado
	O referido é verdade dou fé
	Em testº
	Japaratuba(SE) 22/04/17
	O Tabelião

Shirley A. R. Cabral
Escrevente
Cartório do 1º Ofício
Japaratuba

Nome do Paciente: Jose Aní de Andrade Santos Idade: 49 s
Inidade de Produção: _____ Leito: _____ Nº do Prontuário: _____

DATA	HORA	HISTÓRICO
		- Ex. Geral Pai de LE por AATL
13/12	16	1º DPO Estável, eufórico. Boa diurese. FC = 84 bpm. Abdome - plano, flácido, RHA (+) FO: OK.
		 Dr. João Carvalho Pinto Cirurgião Geral Med. Cir. 1 CRM 0784
14/12	16	2º DPO Estável. aceita dieta. M. vital. EC = 76 bpm. Abdome - plano, flácido, RHA (+) FO: OK.
		 Dr. João Carvalho Pinto Cirurgião Geral Med. Cir. 1 CRM 0784
		Obs: Fratura no rádio e V. quando da alta encaminhado p/ amb. Ortopédica.
15/12/16	20:20	Parte Gen. Ode flácido e se sente ligeiro flácido (+) Cd. Monte
		 Dr. João Carvalho Pinto Cirurgião Geral Med. Cir. 1 CRM 0784
		 João Sabarino CRM 11111

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Eduardo Carvalho Cabral Japaratuba - Sergipe	Certifico que a presente fotografia é a reprodução fiel da original que foi apresentado	Selo TSE 2017 2439 Assessoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
	O referido é verdade dou fe	
	Em testº	
	Japaratuba (SE) 17/04/12	
	O Tabelião	



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Fundação Hospitalar de Saúde

14

Nome do Paciente: <u>Joel Jui</u>	Idade:	Sexo:
Unidade de Produção:	Leito:	Nº do Prontuário:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
19/11/11	08:00	Paciente no leito acordado, insensível, com todos os reflexos em uso de PV acetar e des- fazer oferecido no leito em posição de lado higiene corporal + estímulos do leito + em todos os pontos segue as orientações de enfermagem e cuidados da enfermagem
19/11/11	08:30	Paciente no leito acordado, insensível, com desfazer oferecido no leito em posição de lado higiene corporal + estímulos do leito + em todos os pontos segue as orientações de enfermagem e cuidados da enfermagem
19/11/11	14:00	Adm. Medicação: Analgésico, de acordo com prescrição médica
19/11/11	18:00	Adm. Medicação: Analgésico, de acordo com prescrição médica
19/11/11	20:00	Paciente acordado, insensível, com desfazer oferecido no leito em posição de lado higiene corporal + estímulos do leito + em todos os pontos segue as orientações de enfermagem e cuidados da enfermagem
19/11/11	22:00	Paciente acordado, insensível, com desfazer oferecido no leito em posição de lado higiene corporal + estímulos do leito + em todos os pontos segue as orientações de enfermagem e cuidados da enfermagem
19/11/11	23:30	Paciente no corredor, aguardando retirar o material

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Eduardo Carvalho Cabral
Japaratuba - Sergipe

O Tabelião
Japaratuba/SE 22/10/11
Certifico que a presente fotografia
é a reprodução fiel da original
que foi apresentada
O referido é verdade dou fe
Em test

Selo TJS-20
Acesso: www.tjs.jus.br

COMPLAÇA:

6-3

24.30

Pete

a 4y que a cultura da empresa

6.1.40

Pete desenhando a empresa (1.1.1)

passando com pensamento prático

IV aponta pontos de atenção

que ele está muito certo e que parece que

passa que não há a diferença

fidelidade interna (sic)

3.6

prezente form do leite

4.1

persiste em ir embora

5. Social

6.30

prezente atualizado no S. Social

6.50

S. Social e a alteração da política

6.50

segundo país e a mesma mensagem

6.50

ter tratamento

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

6.50

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: José Ari de Andrade Santos
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Abdômen Agudo Hemorrágico
CIRURGIA REALIZADA: LE
CIRURGIÃO: Rosana Frempong Hayla
AUXILIARES: —
ANESTESIA: Geral ANESTESISTA: Leucio
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

() CIRURGIA LIMPA (x) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
() CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (x) NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Paciente em decúbito dorsal sob anestesia
2. geral
3. assepsia / antisepsia e colocação de campo
4. estéril
5. Incisão mediana xifo-púbica
6. abertura por planos do inventário da cavidade
7. grande quantidade de sangue em cavidade
8. Lesão de Delgado (perforativa) há 10cm do ângulo de Treitz - Rastada em os planos
9. Lesão de meso do colon descendente, com alça pouco viável: realizada colectomia segmentar com anastomose T-T
10. Lavagem de cavidade
11. Contagem de compressas

DATA: 1/1/

12. Fechamento por planos
13. Curativo

CERTIFICADO DO 1º OFÍCIO
Eduardo Carvalho Cabral
Japaratuba - Sergipe

Certifico que a presente fotografia
é a reprodução fiel da original
que foi apresentado
O referido é verdade dou fé
Em testº

Japaratuba (SE) 22/04/17
O Tabelião

Assinatura do Cirurgião
Dra. Rosana Frempong Hayla
Cirurgia Plástica
CRM - 4295

Selo 1.652/2017 2018
Assoc. www.fsp.sp.br

PACIENTE: JOSE ALI ANNAE SANTO REGISTRO: 19

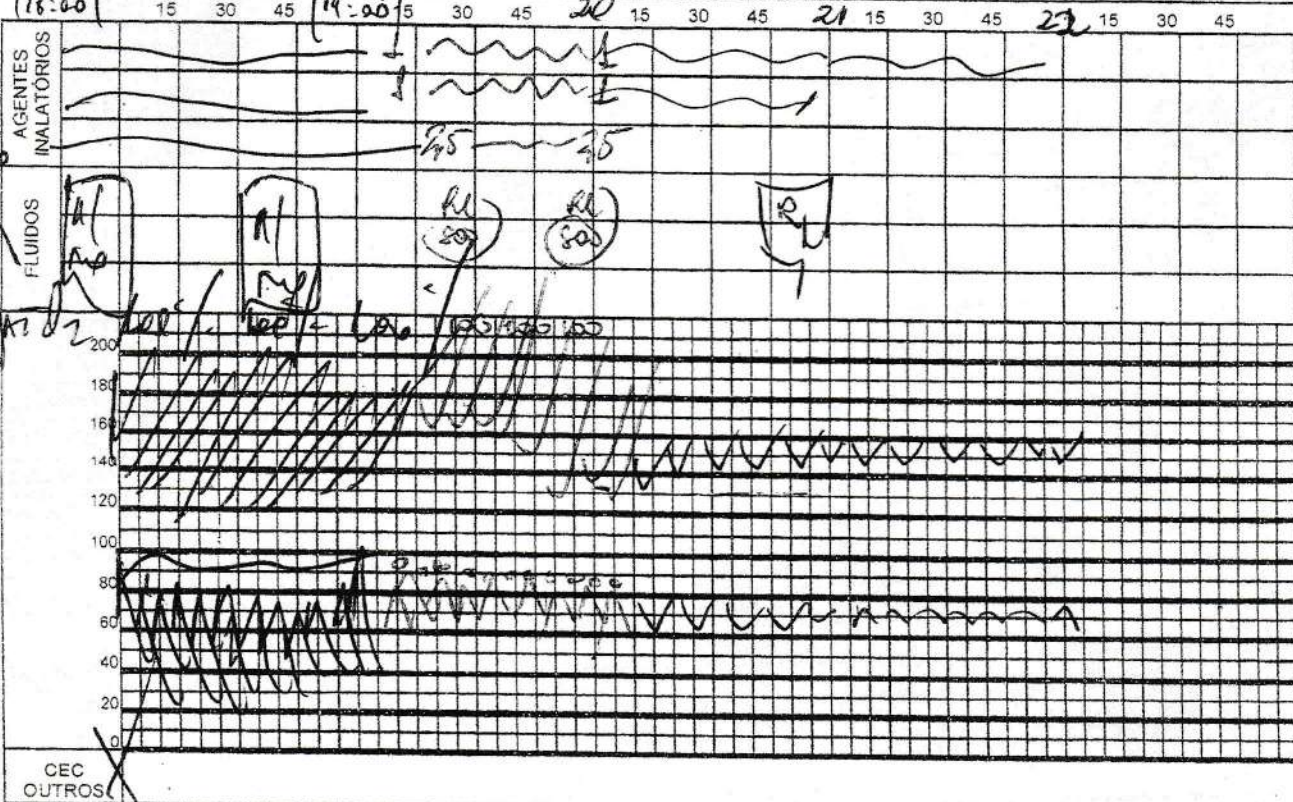
UNIDADE: MÉDICO: LEITO:

CIRURGIA PROGRAMADA: CIRURGIA REALIZADA: DATA: 11/12/16

ANESTESIOLOGISTA: Dr. Silvestre A. R. Cabral TÉCNICA ANESTÉSICA: CEAR MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA:

CIRURGIÃO: Dr. Roberto Pereira AUXILIAR: ASA: I-E

HORA DE INÍCIO: 18:00 HORA DE TÉRMINO: 19:00 ACESSO VENOSO: 18 POSIÇÃO:



MONITORIZAÇÃO			CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA	
MONITORIZAÇÃO	PA NÃO INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	PVC	
	PA INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	TEMPERATURA	
	ELEKTROCARDIOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	DIURESE	
	OXIMETRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	VENTILAÇÃO	
	CAPNOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	PAM	

AGENTES ANESTÉSICOS		DOSE	ANTIBIÓTICO PROFILAXIA	
MIAZOLAM - 05 MG			NOME: <u>Cefazolin</u>	
CEAMMA - 50 MG			1ª Dose as: <u>18:00</u> horas	
PROPOFOL - 50 MG			2ª Dose as: <u>19:00</u> horas	
XILOCAINA - 60 MG			3ª Dose as: <u>20:00</u> horas	
SUAMEROL - 60 MG				
NIMBIV - 10 MG				
DEXAMETASONA - 10 MG				
MECHOLAMMA - 10 MG				
NAUINHA - 50 MG				
FLAVYL - 500 MG				
ROXAZOL - 024				
ROXAZOL - 024				
ROXAZOL - 024				

OBSERVAÇÕES

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Eduardo Carneiro Cabral
Japaratuba - Sergipe

Certifico que a presente fotografia é a reprodução fiel da original que foi apresentado. O referido é verdade dou fé Em testº

Japaratuba (SE) 21/01/17

O Tabelião

ENCAMINHA DO PARA () UTI () UNIDADE

Silvestre A. R. Cabral
Escritor
Cartório do 1º Ofício
Japaratuba

Dr. Silvestre A. R. Cabral
Anestesiologista
CRM-SE 3018

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS
CONSUMO DO HJAF/HUSE

PACIENTE: José Fil de Andrade Santos RG 145116 DATA 11/12/16
CIRURGIÃO: Dr. Romena + Layla
CIRURGIA: h.e +
ANESTESIOLOGISTA: Dr. Lúcio ANESTESIA: oral CIRCULANTE: Vanderle

ANTAK	AMP	POMADA SULFA	TB	
ADRENALINA	AMP	POMADA COLAGENASE	TB	
ATROPINA	AMP	POMADA OFTÁLMICA	TB	
ÁGUA DESTILADA	AMP	PLASIL	AMP	
AMINOFILINA	AMP	REVIVAN	AMP	
BICARBONATO DE SÓDIO	AMP	ROCEFIM	FR	
CLORETO DE POTÁSSIO	AMP	SORO RINGER LACTATO <u>foral</u> <u>111</u>	UND	
CLORETO DE SÓDIO	AMP	SORO FISIOLÓGICO <u>foral</u> <u>111</u>	UND	
COLÍRIO	GTS	SORO GLICOFISIOLÓGICO	UND	
CEDILANIDE	AMP	SORO GLICOSADO	UND	
CLINDAMICINA	AMP	TRASAMIN	AMP	
CIPROFLOXACINO	UND	TRAMAL	AMP	
DECADRON	AMP	PROFENID	AMP	
DIPIRONA	AMP			
DIAZEPAN	AMP			
DIMORF	AMP	ANESTESICOS		
DOLANTINA	AMP	ESMERON	FR	
DORMONID	AMP	ETOMIDATO	AMP	
EFORTIL	AMP	FENTANIL	FR	1
EFEDRINA	AMP	ISOFLURANO	ML	
FERNEGAN	AMP <u>02</u>	PROPOFOL	AMP	1
FLAGYL <u>Samy</u>	UND	PAVULON	AMP	
GARAMICINA	AMP	QUELICIN	FR	1
GLICOSE	AMP	KETALAR	FR	
GLUCONATO DE CÁLCIO	AMP	TRACRIUM	AMP	
HEPARINA	UND	MARCAÍNA 0,5% CV	FR	
HIDROCORTIZONA	FR	MARCAÍNA 0,5% SV	FR	
HIPOGLÓS	TB	NEOCAÍNA PESADA	FR	
HISOCAL	UND	XILOCAÍNA 1% SV	FR	
KEFLIN	FR	XILOCAÍNA 1% CV	FR	
LASIX	AMP	XILOCAÍNA 2% SV	FR	
MANITOL 20%	UND	XILOCAÍNA 2% CV	FR	
NARCAN	AMP	XILOCAÍNA GELEIA	TB	
NILPERIDOL	AMP	OCINA SPRAY	DOS	

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Eduardo Carvalho Costa
Japaratuba - Sergipe

Certifico que a presente fotografia
é a reprodução fiel da original
que foi apresentado
O referido é verdade dou fé
Em testº 8
Japaratuba(SE) 17/10/17
O Tabelião 8

Selo TISE 2017-2018
Acesso: www.jap.jus.br

21

MATERIAIS		QUANT	MATERIAIS		QUANT
ÁGUA OXIGENADA	ML		SERINGAS ML 05-10-20	UND	06
AGULHA DE RAQUE Nº	UND		SERRA DE GIGLE	UND	
AGULHA DESCARTÁVEL Nº 25x1/2	UND	04	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº	UND	
ÁLCOOL 70%	ML		SONDA DE ALÍVIO Nº	UND	
ALGODÃO ORTOPÉDICO	UND		SONDA NASOGÁSTRICA Nº	UND	
ATAD. CREPOM	UND	100	SONDA NELATON Nº	UND	
ATAD. GESSADA	UND		SONDA DE FOLLEY Nº 14	UND	02
BARRA DE ERICK	UND		TRAQUEÓSTOMO Nº	UND	
BOLSA DE COLOSTOMIA	UND		TORNEIRINHA 3 VIAS	UND	
CAPA P/ MICROSCÓPIO	UND		TUBO ARAMADO Nº	UND	
CATETER FORGATY Nº	UND		TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8.0	UND	
CATETER. DE OXIGENIO Nº	UND		FILTRO DE BARREIRA	UND	01
CERA P/ OSSO	UND			UND	01
CIMENTO ORTOPÉDICO	UND		FIOS		
CLOREXIDINA	ML	100	ACIFLEX Nº		
COLETOR DE URINA	UND		ALGODÃO C/AG Nº	UND	
COMPRESSAS GR	UND		ALGODÃO S/AG Nº 2-01	UND	
COMPRESSAS PQ	UND		CAT GUT CROMADO S/AG Nº	UND	
COTONETE	UND		CAT GUT SIMPLES C/AG Nº	UND	
DRENO DE KHER Nº	UND		CAT. GUT CROMADO C/AG Nº	UND	
DRENO DE PENROSE Nº	UND		CAT. GUT SIMPLES S/AG Nº	UND	
DRENO DE SUÇÃO Nº	UND		FITA CARDÍACA Nº	UND	
DRENO DE TORAX Nº	UND		MONONYLON Nº 3-0111	UND	
ELETRODOS	UND		MONONYLON Nº	UND	
EQUIPO	UND		PROLENE Nº 4.0	UND	
EQUIPO DE SANGUE	UND		VICRYL Nº 5-11	UND	
ESCALPE Nº	UND			UND	
ESCOVA DESCART.	UND		EQUIPAMENTOS		
ESPARADRAPO	CM		BISTURI ELETRICO	USO	
ESTENSOR	UND		CAPINÓGRAFO	USO	
ÉTER	ML		CARRO DE ANESTESIA	USO	
FORMOL 10%	ML		DEFRIBILADOR	USO	
GASE ALGODOADA	UND		FURADEIRA	USO	
GASE SIMPLES	UND		FOCO CIRÚRGICO	USO	
GASE VASELINADA	UND		INTENSIFICADOR ()	USO	
GELCO Nº	UND		MONITOR CARDÍACO	USO	
GEOFOAN	UND		MICROSCÓPIO	USO	
INTRA-CATH Nº	UND		NEGATOSCÓPIO	USO	
LÂMINA DE BISTURI Nº	UND		OXIMETRO DE PULSO	USO	
LATÉX	UND			USO	
LUVAS ESTER Nº 7 (7.5) 8 8.5	UND	06	GASOTERAPIA		
LUVAS PROCED	UND		AR COMPRIMIDO		
MICROPORE	CM		NITROGÊNIO	USO	
VPI DEGERMANTE	ML		OXIGÊNIO	USO	
VPI TÓPICO	ML		PROTOXITO DE AZONIO	USO	
			VÁCUO	USO	
				USO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAMBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RECEITUÁRIO

José Ari de Andrade Santos

A Cirurgião Geral,

Encaminho o paciente, 50 anos, com diverta hidrosele
à direita e com moderada hidrosele à esquerda. Solicito
avaliação e conduta.

Cordialmente,

Pirambu, 16/05/18.

Pérola Estrela Cechinel
MÉDICA
CRM - SE 5812

FAVOR, TRAZER RECEITUÁRIO AO RETORNAR!!!

Rua Mário Teófilo Cruz, 429 - Santo

Nome: Jose Ari de Andrade Santos

Data de Nascimento: 04/06/1967

Data do Exame: 25/11/2017

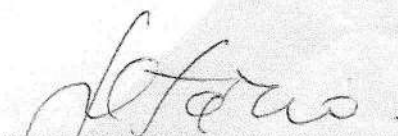
RG: 939.093 SSP/SE

DOPPLERFLUXOMETRIA DA BOLSA ESCROTAL
(TESTÍCULOS)

- Testículo direito: medindo 4,9 x 2,6 x 2,8 cm (vol: 19,4 cm³), apresentando textura sólida homogênea.
- Testículo esquerdo: medindo 4,8 x 3,1 x 3,0 cm (vol: 23,2 cm³), apresentando textura sólida homogênea.
- Epidídimo direito de textura e dimensões normais.
- Epidídimo esquerdo de textura e dimensões normais.
- Discreta hidrocele simples à direita.
- Moderada hidrocele simples à esquerda.
- Ao Doppler não observamos vascularização anômala ou refluxo pampiniforme.

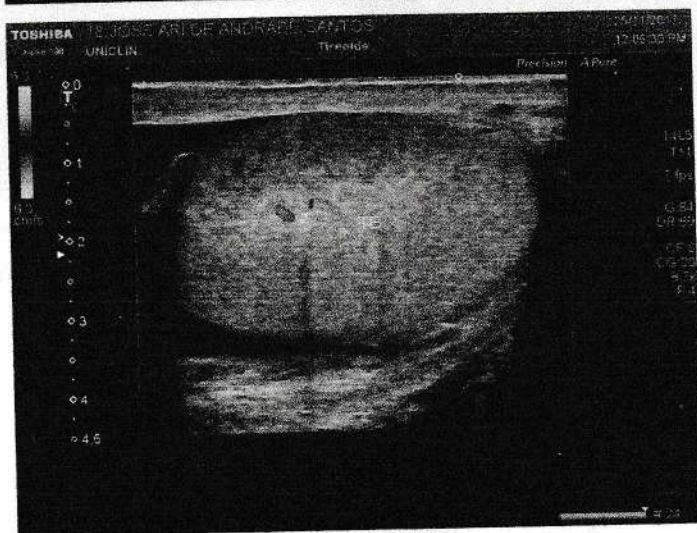
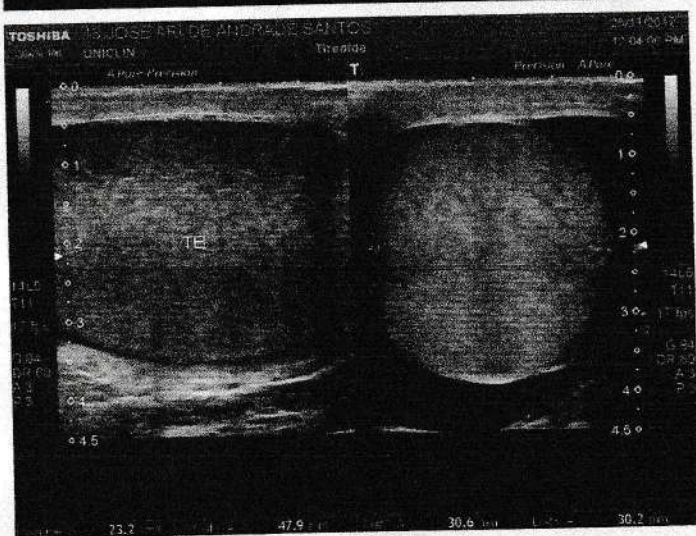
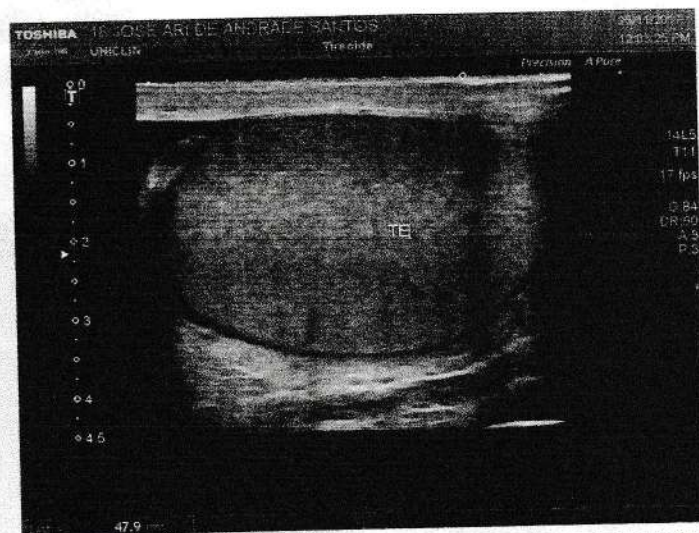
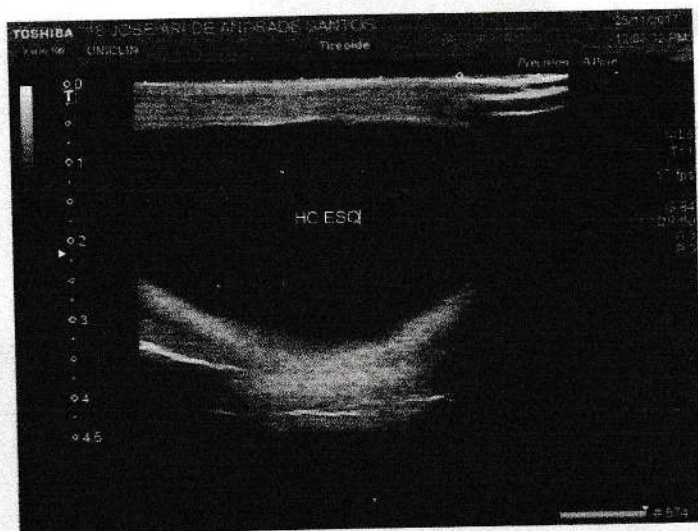
Conclusão:

- Discreta hidrocele à direita.
- Moderada hidrocele à esquerda.

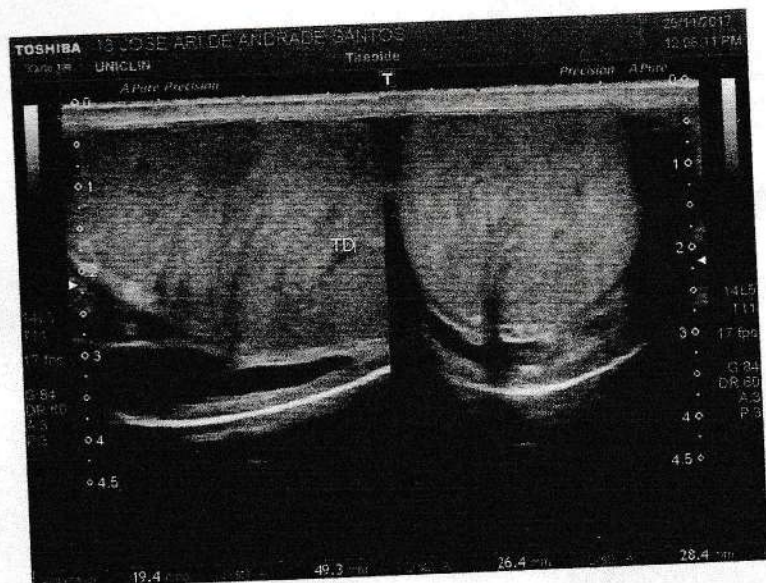


Dr. José Otávio de Sena Neto
Médico Ultrassonografista
CRM-SE 4229

Id : 18
 Nome : JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
 Exame :
 Data : 25/11/2017



Id : 18
 Nome : JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
 Exame :
 Data : 25/11/2017



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAMBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dr. José Luiz Sandes de Carvalho
CL Médica - Med do Trabalho - Urologia
CRMSE 651 / CARMBA 23697
21/01/18

RECEITUÁRIO

por Ari Ancha de facto

Atesto que o

por Ari Ancha de facto, ao fluxar um
acidente de moto
em 10/02/2016, às 12h
em, ao sair do Pov. Afim.
chamado por Pirambu, em
seu moto (Kawasaki KPO-400),
lucando, por coroa, de mo
me Chris Fritze, quando
um caminhão Bait. fechou
o motorista e este veio a
se acidentou sendo metat
incorporados ao
to de fardo a fardo, que



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAMBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dr. José Luiz Soares de Carvalho
SA Médica - Med do Trabalho - Ortopedia
CRMSE 051 / CRMBA 23987

RECEITUÁRIO

se encontram, sem
medos no momento,
porém a ansiedade do
posto médico, conduziu
o paciente, até o Hospital
da HUSC, onde foi atendi-
do e constatado que
o mesmo, sofreu Politrau-
matismo, com maior gra-
vidade no Abdome, onde
foi de imediato submetido
à cirurgia, com re-
sultado final. Retirado
se port. intestino grosso
e fimo. Finalizada a cirur-
gia o paciente ainda
permanece internado



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAMBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dr. José Luiz Sandes de Carvalho
Cl. Médica - Med do Trabalho - Urologia
CRMSE 651 / CRIAR 23907
11/01/19

RECEITUÁRIO

por + 11 dias. Juro de
leitor liberação em por
operatório - que de
a sua saúde condicional
financeira (Fundo Aguarda)
pessoa a ser acompanhada
de um posto médico de
sua cidade (Pirambu).
Assim, até o dia
de Hoff, não houve
Trabalho, ainda não
recebeu condições por
o Trabalho por tempo
sucesso.

Dr. José Luiz Sandes de Carvalho
Cl. Médica - Med do Trabalho - Urologia
CRMSE 651 / CRIAR 23907



11/01/19

p. 42

COBERTURA SOLICITADA

() MORTE (X) INVALIDEZ PERMANENTE () DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA José Ary de Andrade Santos

DATA DO ACIDENTE 10/12/2016 POSSUI CPF () SIM () NÃO Nº CPF 99005255587

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis nº do sinistro

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- (X) Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- (X) Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Laudo de Invalidiz do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- (X) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- (X) CPF da vítima (cópia simples)
- (X) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- (X) Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- (X) Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os receiptários médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- (X) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- (X) CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- (X) Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada: () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- (X) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- (X) CPF da vítima (cópia simples)
- (X) Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- (X) CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- (X) Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
- (X) Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS – COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) _____
 Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário () Representante Legal - CPF do portador _____
 E-mail ly _____ Tel.: () _____
 Data _____ Assinatura José Ary de Andrade Santos

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) _____
 Atendente 996758 Matrícula _____
 Data: _____ Assinatura: _____

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag. 70300011 - AG. G.M. CAS. PE. SERGIPE

ARACAJU

- SE

CNPJ....: 34028316044866 Tel.:-

Ins Est.: 270510974

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 237988580
Contrato...: 9912280638 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 12/06/2017 Hora...: 16:22:37
Caixa...: 81505496 Matrícula...: 87267578
Lancamento...: 037 Atendimento...: 00025
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1314798947

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)	21,75	
Peso real (G)	40	
CNPJ/CPF Remet.	99005255587	
Nome Remetente	JOSE ARY DE ANDRADE SANTOS	
Endereço Remet.	RUA RUA B.0000 - CENTRO	
Cep Remetente	49190-000	
Cidade Remet.	PIRAMBUI	
UF Remet.	SE	
POSTAL RESPOSTA DPV	1	28,00+
Valor do Porte(R\$)	28,00	
Cep Destino	20031-205 (RJ)	
Peso real (G)	140	
OBJETO	SA524876127BR	

Obj Postado após horario-lim post ag. DH (Depois da Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome.....: RD
Ass. Responsável.....

Obj Postado após horario-lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos

VIA-CLIENTE

SARA 7.7.07



IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA 51/151720: 317-0357-051

DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARIENTESCO COM

A VÍTIMA É PROTOCOLO: 4585325

ENDEREÇO DO PORTADOR _____

Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____

E-MAIL _____ TELEFONE () _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- () BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL), OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- * MORTE = R\$ 13.500,00
- * INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
- * DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

VALORES DE INDENIZAÇÃO

- * O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- * COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
- * PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____

IDENTIDADE _____

ASSINATURA _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA _____

NOME _____

ASSINATURA _____

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 70300011 - AC CENTRAL DE SERGIPE
ARACAJU - SE
CNPJ.....: 34028316044666 Ins Est.: 270510974

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 274473684
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 03/04/2018 Hora.....: 10:51:46
Caixa.....: 85832716 Matrícula...: 87267578
Lancamento...: 022 Atendimento: 00016
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1452189909

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)...	21,75	
Peso real (G).....	60	
CNPJ/CPF Remet...: 99005255587		
Nome Remetente...: JOSE ARY DE ANDRADE SANTOS		
Endereco Remet...: RUA CIRIO GOMES, 19 -- CENTR		
Cont Endereco...: 0		
Cep Remetente...: 45190-000		
Cidade Remet...: PIRAMBU		
UF Remet.....: SE		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	26,00+
Valor do Porte(R\$)...	26,00	
Cep Destino...: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	60	
OBJETO.....: DY090699929BR		

DY 09069992 9 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES - LEI 6538/76

CAC - Capitais e Residências Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e
Reclamações: 08007250100 - www.correios.com.br

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

11/10/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cite-se a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do NCPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do NCPC).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Pirambu**

Nº Processo 201972200584 - Número Único: 0000578-09.2019.8.25.0039
Autor: JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Processo nº 201972200584

Cite-se a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do NCPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do NCPC).

Voltando o AR negativo, cite-se por oficial de justiça.

Da impugnação à contestação.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo a parte autora corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

Consigno que em se tratando de hipóteses previstas nos artigos 178 do Código de Processo Civil e 129 da Constituição Federal o Ministério Público para participação de todas as etapas do processo, inclusive, etapa de conciliação e mediação.

Vencida tais etapas, requirase realização de exame pericial ao Instituto Médico Legal – IML, acompanhando, no cartório, o agendamento, realização da perícia e entrega do laudo num prazo razoável.

Lei 6194/74 - Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Com a entrega do laudo, diga as partes e ministério público, nos casos de intervenção, em 15 dias cada um, voltando-me conclusos para sentença.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON GUEDES CAVALCANTI NETO, Juiz(a) de Pirambu, em 13/01/2020, às 12:12:58**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000051769-86**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

15/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando retorno presencial para expedição de carta com AR.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

09/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

CARTA EXPEDIDA

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

PIRAMBU DA COMARCA DE PIRAMBU
Rua Antonio Torres, Bairro Centro, Pirambu/SE, CEP 49190000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201972200584

DATA:

10/09/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202072201303 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737]

 {Destinatário(a):
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Pirambu
Rua Mário Trindade Cruz, s/n
Bairro - Centro Cidade - Pirambu
Cep - 49190000 Telefone - (79)3276-1777

Normal(Justiça Gratuita)



202072201303

PROCESSO: 201972200584 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000578-09.2019.8.25.0039
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: JOSE ARI DE ANDRADE SANTOS
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias dias.

Despacho: Cite-se a parte requerida, por carta com AR, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do NCPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do NCPC).

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR , 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **JUAREZ JOSE DE SANTANA JUNIOR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Pirambu**, em 10/09/2020, às 10:43:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001664504-42**.